

As Organizações da Sociedade Civil em questão: múltiplas perspectivas em Londrina-PR (2007)

*Fábio Lanza

**Luiz Miguel Luzio dos Santos

*Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP); Mestre em História (UNESP-Franca SP); Graduado em Ciências Sociais (UNESP-Araraquara SP). Professor Adjunto-Colaborador do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – UEL.- flanza@itelefonica.com.br

**Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP); Mestre em Administração (UEL); Graduado em Economia (UEL); e Administração (UEL); Professor do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Londrina – UEL e da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR - lmig@uol.com.br

Resumo:

O artigo propõe uma análise que busca compreender a crise do final do século XX que colocou em questão o papel do Estado na sociedade capitalista ocidental, associando nesse debate a temática vinculada aos movimentos sociais e as organizações da sociedade civil. Nessa perspectiva, o caso brasileiro é discutido e evidencia relevantes reflexões que perpassam o campo das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado e a relação com a emergência das organizações da sociedade civil. A partir desse referencial teórico, há a apresentação da análise e a interpretação das informações coletadas por meio da pesquisa oral e documental, realizada em 2006 e 2007, sobre as organizações da sociedade civil atuantes em Londrina (PR), o que possibilitou um enriquecimento no campo epistemológico sobre o universo pesquisado e as distintas abordagens e particularidades.

Palavras-chaves: Organizações da Sociedade Civil, Terceiro Setor, ONG's-Londrina.

Abstract:

The paper proposes an analysis that seeks to understand the crisis taking place at the end of the twentieth century that questioned the role of the state in the western capitalist society, associating in this debate the main theme to social movements, civil society organizations and the third sector. In this perspective the Brazilian case is discussed and it evidences relevant considerations that are beyond the field of social policies developed by the state and the relationship with the emergence of civil society organizations. From this theoretical referential there is a presentation of the analysis and interpretation of information gathered through oral and documental research conducted in 2006 and 2007, about the civil society organizations working in Londrina (PR) that allowed an enrichment in the epistemological field on the researched universe and the distinct approaches and particularities.

Key-words: Civil Society Organizations, Third Sector, ONG's-Londrina

Introdução

Numa abordagem histórica é necessário compreender que as propostas do ideário iluminista e da Revolução Francesa (1789), que subsidiaram a modernidade, associados às benesses do desenvolvimento capitalista, não foram realizadas na sua totalidade. Embora tenha havido avanços significativos no plano da liberdade, da justiça e das formas de gestão do Estado Laico em sociedades específicas, o mesmo não ocorreu no plano da solidariedade e da igualdade social, elemento básico do tripé dos ideais revolucionários, que era discutido e vinculava-se aos diversos grupos dentro desse movimento social. Assim a solidariedade, que

na sua essência está imersa em conteúdos que ultrapassam a racionalidade objetiva, foi negligenciada ao longo dos últimos séculos e substituída por conteúdos que se enquadravam melhor nos ideais da modernidade capitalista.

Após o período entre guerras no século XX, na Europa Ocidental, foi desenvolvido o modelo de Estado de Providência, que garantiu o investimento no desenvolvimento econômico e o pleno emprego, além de se responsabilizar por garantir proteções básicas a todos os cidadãos (HOBSBAWM, 1995). No entanto, segundo Forjaz (2000), o último quarto do século XX caracterizou-se por uma diminuição da atuação dos governos nacionais, tanto em questões econômicas quanto no campo social. Os Estados do Bem-Estar Social tornaram-se frágeis diante das constantes e crescentes demandas econômicas e sociais das populações sem contrapartida orçamentária equivalente, resultando em déficits públicos de difícil administração. Como reflexo desses desequilíbrios ocorreu nas nações vinculadas ao modelo de Bem-Estar Social um processo de substituição desse modelo por medidas de caráter liberal, e foi sendo deixada para as leis de mercado a responsabilidade de harmonizar a sociedade e a economia frente ao novo contexto no final e início do milênio. Muitos teóricos passaram a discutir essa emergência dos princípios liberais, com o título de neoliberalismo. Na prática acadêmica brasileira, esse debate foi enriquecido e acalorado, tendo em vista as políticas adotadas pelos governos instalados a partir dos Presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso na década de 1990.

No contexto brasileiro, Vieira (2001, p.76-79) destacou o crescente desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil na contemporaneidade como resposta à ascensão das demandas sociais e ao envolvimento cada vez maior da Sociedade Civil Organizada na busca de soluções, tendo em vista a minimização do papel do Estado frente a essas demandas específicas. A complexidade desse tema faz com que a sua análise seja cada vez mais relevante e fonte de pesquisa e discussão. Envolve-se, nesse caso, não só uma mudança sócio-econômica, mas também cultural, o que faz com que o tema ganhe em profundidade e complexidade, podendo ser abordado por múltiplos campos de atuação, levando à multidisciplinariedade, que contempla diferentes áreas do conhecimento com suas perspectivas analíticas e interpretativas, tais como: Administração, Ciência Política, Direito, Economia, Serviço Social, Sociologia, entre outras.

A ascensão da Sociedade Civil Organizada

O quadro sócio-econômico presente, caracterizado pela intensificação do processo de globalização, cujas forças comerciais interagem e se desenvolvem de forma cada vez mais ágil e dinâmica, provoca efeitos destoantes e muitas vezes perversos entre os vários agentes econômicos e sociais espalhados pelo mundo. Diante dessa realidade complexa e muitas vezes conflituosa, desenvolveu-se um processo de amadurecimento e participação da sociedade civil, culminando numa maior consciência social, fruto do maior acesso à informação e da troca constante de experiências.

Com a emergência dessas novas formas de organização social na esfera da sociedade civil, ampliou-se o conceito de cidadania e de democracia na sociedade capitalista, aumentando o caráter reivindicatório e a capacidade organizativa do cidadão, que atua em prol de interesses focalizados e de caráter comunitário. Nesse sentido, afirma Santos (1995, p.123): "a relativa maior passividade do Estado decorrente de perda de monopólio regulatório tem de ser compensada pela intensificação da cidadania ativa, sob pena de essa maior passividade ser ocupada e colonizada pelos fascismos societais."

O redesenho do mapa político mundial derrubou fronteiras e facilitou o trânsito de mercadorias, informações, conhecimentos e ideologias. Passou-se a viver num mundo onde as empresas transnacionais imperam, impulsionadas pelas inovações constantes e pelos capitais “sem pátria” que circulam livremente ao redor do globo, tornando-nos cada vez mais interdependentes. Essa nova ordem econômica e social desponta com suas benesses tecnológicas e informacionais, contribuindo enormemente com a história humana, mas contraditoriamente conseguiu produzir semelhante quadro de injustiças e exclusões sociais (seres humanos afetados pelo desemprego estrutural, pela guerra, pelo terrorismo, entre outros). A década de 1990 trouxe à tona consequências excludentes da globalização, como o aumento exponencial da polarização entre ricos e pobres - não apenas entre países ricos e pobres, mas entre pobres e ricos de cada país (SANTOS, 2001).

Perante o complexo panorama vivenciado, surge uma nova reestruturação de forças, em que o Estado e o setor privado vão delimitando seus papéis e fronteiras de atuação, deixando, no entanto, “lacunas” por preencher, que acabaram por dar origem a uma terceira força emanada de vários segmentos da sociedade civil organizada (MELO NETO & FROES, 1999, p.4).

O conceito de sociedade civil é complexo e passa por linhas de observação e análise extremamente tênues quando se busca o seu aprofundamento. Uma das questões analisadas por Bobbio (1997 p.51) diz respeito à distinção entre Sociedade Civil e Estado, em que dois movimentos inversos se fizeram sentir. Por um lado o Estado reapropriou-se da sociedade transformando-se de Estado de Direito em Estado Social. Por outro lado, verificou-se um processo inverso de socialização do Estado por meio do desenvolvimento das várias formas de participação nas esferas políticas. Destacam-se aí as organizações que exercem direta ou indiretamente algum poder de conotação política. A expressão “Estado Social”, como afirma Bobbio (1997 p.51), pode ser entendida tanto como o Estado que permeou a sociedade, mas também no sentido inverso, ou seja, o Estado permeado pela sociedade.

A contraposição entre sociedade civil e Estado continua a ser de uso corrente, sinal de que reflete uma situação real. Embora prescindindo da consideração de que os dois processos – o Estado que se faz sociedade e da sociedade que se faz Estado – são contraditórios, pois a conclusão do primeiro conduziria ao Estado sem sociedade, isto é, ao Estado totalitário, e a conclusão do segundo a sociedade sem Estado, isto é, à extinção do Estado. Sob este aspeto, sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados mas contínuos, distintos mas interdependentes, do sistema social em complexidade e em sua articulação interna. (BOBBIO, 1997 p.51)

A sociedade civil, como figura de destaque no novo cenário de contextualização social da modernidade, teve seu conceito originário dos livros de história europeia e introduziu-se na América Latina no final dos anos de 1970. A expressão Sociedade civil e cidadania, como afirma Fernandes (1994, p.87), leva a um panorama universalista, partes de um todo maior o qual foi adotado pela maioria dos movimentos. A expressão sociedade civil vinha se contrapor ao “militar” que estava intimamente ligado ao comando pela força.

Na sociedade civil, por seu lado, os relacionamentos entre indivíduos são segundo direitos adquiridos, inscritos nas leis. Para que tenham existência legítima, é preciso que, independente de suas ações ou aspirações, venham a comportar-se segundo as leis, havendo, por consequência, a preocupação com os mecanismos pelos quais uma idéia se transforma em lei, com a necessidade e o desejo de participação política.

Bobbio (1997, p.84) destaca que sociedade civil pode ser entendida de duas formas, uma positiva outra negativa. Quando se destaca a abordagem negativa, entende-se a sociedade civil como a esfera das relações sociais não regulamentadas pelo Estado, ou seja, é uma visão que tem como centro o próprio Estado. Por outro lado, a sociedade civil, numa conotação positiva, passa a indicar o lugar onde se manifestam todas as instancias de modificação das relações de dominação e adquirem força os assim chamados contra-poderes.

• Organizações da Sociedade Civil no Brasil

No Brasil, os movimentos sociais ligados à sociedade civil com finalidades de promoção social datam de épocas remotas e de difícil identificação, já que as primeiras obras de caráter assistencialista, desencadeadas principalmente pela Igreja Católica, remetem aos primeiros anos de colonização. Por outro lado, só viriam a desempenhar uma perspectiva mais popular e de promoção humana, no seu sentido "lato", por volta da década de 1960, ainda institucionalmente vinculada à Igreja Católica, que desempenhou um papel de destaque na luta pelos Direitos Humanos no período da Ditadura Militar (especialmente a partir de 1968 com a edição do AI-5) e lançou as primeiras grandes mobilizações civis com as Comunidades Eclesiais de Base¹.

Esse novo contexto entre os Movimentos Sociais e a parte progressiva da Igreja Católica fundamentado nas conclusões do Concílio Vaticano II (1962-1965) e das Conferências Episcopais Latino-Americanas em Medellín (1968) e em Puebla (1979), ressaltou de forma geral que o pobre, a juventude, os excluídos sociais (populações das periferias desassistidas pelo Estado, trabalhadores urbanos e rurais, camponeses sem o acesso a terra, entre outros) eram sujeitos prioritários na construção de uma “nova” Igreja Católica e de uma “nova” sociedade.

Nessa época, em várias Universidades brasileiras, inúmeros projetos de extensão passaram a desempenhar um papel de destaque, com uma postura ativa e intimamente ligada aos movimentos populares, numa abordagem vinculada aos conceitos da sociologia crítica, como o da práxis, em que o discurso teórico e a ação prática estavam associados e se retroalimentavam. (LANDIM, 1998, p.45).

Numa segunda fase, com o início da abertura política (segundo os Militares no Poder Executivo: lenta, gradual e segura), com o papel de destaque de Universidades, CEB's, Sindicatos de Trabalhadores e ainda com a volta dos exilados, via Lei da Anistia em Agosto de 1979, tem início uma nova era nos movimentos sociais e engajamento da sociedade civil. Ocorreu também a prevalência dos ideários de esquerda, de forte influência marxista com aspirações políticas e associados aos movimentos ligados à Teologia da Libertação (difundidos pelas CEB's), que propuseram deixar o assistencialismo em proveito de projetos estratégicos e de promoção humana, incentivando experiências de cooperativismo e geração de renda e lutas sociais (LANDIM, 1998, p.46). Esse contexto ao longo da década de 1980 esteve ligado também ao movimento social das “Diretas Já” e à elaboração da Constituição Federal de 1988, entre outros elementos. Nesse sentido, a maioria das entidades, ligadas à

¹ Comunidades Eclesiais de Base são grupos organizados em torno de paróquias, motivados pela fé, vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência (BETTO, 1981, p.16-17)

sociedade civil com finalidade públicas que hoje conhecemos, foram criadas a partir de 1985 e tiveram seu maior impulso depois de 1990².

O panorama histórico que alavancou os esforços da sociedade civil organizada está vinculado ao agravamento dos indicadores sociais que se explica, principalmente, em decorrência do galopante processo inflacionário que acometeu a maioria dos países, assim como aos drásticos cortes públicos por que passaram a maioria das economias desta região.

As organizações da Sociedade Civil em Londrina (PR)

Tendo em vista os elementos apresentados anteriormente e relacionando-os com a pesquisa empírica, foi realizado um levantamento da totalidade de Organizações da Sociedade Civil atuantes na cidade de Londrina e buscou-se apurar o seu crescimento quantitativo, assim como o perfil funcional que as caracteriza ao longo do tempo. Para tal realização, a principal fonte documental foi o cadastro do Projeto Mil ONGs, órgão ligado à Prefeitura Municipal.

O presente estudo levou em conta as informações disponibilizadas pelo Projeto Mil ONGs, porém, devido à considerável falta de dados nos cadastros do Projeto Mil ONGs, houve a necessidade de um esforço adicional, no sentido de completar as lacunas existentes, trabalho investigativo essencial para a compreensão correta da referida realidade objetivada. A empreita de complementação dos dados foi realizada diretamente junto às entidades, o que possibilitou um enriquecimento em relação ao conhecimento do universo das organizações da sociedade civil da cidade de Londrina.

A coleta de dados sobre as Organizações da Sociedade Civil atuantes na cidade de Londrina foi efetivada durante o ano de 2006 e concluída em fevereiro de 2007. Contava na época da pesquisa com 310 entidades cadastradas, mas apenas 162 destas responderam à pesquisa, pois muitas já se encontravam desativadas. Percebe-se um crescimento acelerado nos últimos anos, como pode ser comprovado pelos dados apresentados, mas esta real situação enfrenta o obstáculo da informalidade, que dificulta uma maior precisão nos resultados.

A presente pesquisa foi definida como exploratória e de natureza quantitativa e qualitativa, já que poderá ser segmentada em dois momentos distintos que se complementam. A pesquisa tem caráter formal e descritivo, levando em conta que a meta deste tipo de estudo é responder às questões previamente propostas e por isso algumas categorias foram elaboradas para nortear a sistematização dos dados e a investigação, no que se referem às Organizações da Sociedade Civil em Londrina, tais como: ano de fundação, área de atuação, classificação dos tipos de Organizações: suporte, comunitárias e emancipatórias, subdivisão das organizações da área de educação, de assistência social, de geração de renda e de defesa de direitos.

A pesquisa compreendeu as seguintes etapas: primeiramente efetivou-se uma coleta documental junto aos órgãos competentes, destacando-se a Secretaria de Assistência Social de Londrina, e, de forma particularizada, junto ao cadastro do Projeto Mil ONGs da prefeitura municipal. Posteriormente objetivou-se quantificar e apurar os principais indicadores que servissem de elementos essenciais para a compreensão do universo abrangido por estas

² Para um maior aprofundamento sobre a temática dos Movimentos Sociais no Brasil ver: GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3ª ed., São Paulo, Loyola, 2002.

entidades, na cidade de Londrina. A seguir são apresentados os dados e as análises e interpretações sobre os levantamentos realizados.

Tabela 1 - Ano de fundação da organização

Período	Total (%)
2000 - 2005	48,77
1990 - 1999	27,78
1980 - 1989	13,58
1970 - 1979	5,55
anterior a 1970	4,32
Total	100

Fonte: Autores.

As informações contidas sobre o ano de fundação das organizações pesquisadas na cidade de Londrina fazem emergir dados extremamente contundentes das mudanças ocorridas na esfera dominada pelas iniciativas da sociedade civil organizada. Verifica-se que a partir do ano 2000 ocorreu um processo acelerado de formação de entidades da sociedade civil, o que coincide com a mudança de governo da cidade e o esforço deste em promover tais iniciativas, por meio da criação de um órgão específico denominado Projeto Mil ONGs.

Pode-se constatar que, do ano 2000 até fevereiro de 2005, surgiram 79 novas organizações na cidade, número que representa 48,77% do total de entidades, o que reflete o acelerado crescimento destas organizações na cidade de Londrina nos anos recentes. É necessário destacar que a década de 1990 já vinha se apresentando com um quadro bastante expressivo no tocante ao desenvolvimento das iniciativas organizacionais da sociedade civil. Incidiu nesse período a fundação de 27,78% do total de entidades, o que desponta, de forma particular, quando se confronta este indicador com a década de 1980, em que haviam sido criadas 13,58% das entidades do gênero. O impulso especial, ocorrido após o ano 2000, pode ser explicado, pelo menos em parte, pelo esforço proporcionado pelo Projeto Mil ONGs, vinculado à Prefeitura Municipal, ao tornar-se um espaço de integração e de informação sobre Organizações da Sociedade Civil na cidade.

Quando se analisam as organizações sob o enfoque dos seus diferentes tipos, destaca-se de forma especial a aceleração do número de entidades de suporte e complemento, ou seja, que atuam em áreas diversas, tanto se aliando às ações do Estado, como complementando-as, como no caso de creches, assistência social diversa, que contemplam 64,82% do total de organizações catalogadas. Este indicador é especialmente representativo a partir dos anos de 1990, em que foram criadas 18,52% do total de entidades enquadradas nesta tipologia, pois, após o ano 2000, este índice se acentuaria ao originarem-se 30,25% de entidades dentro deste mesmo enquadramento.

Quando se busca apurar de forma cruzada o desenvolvimento temporal das organizações da sociedade civil de Londrina em relação aos diferentes modelos organizacionais dominantes, verifica-se que, enquanto as organizações de suporte e complemento têm seu apogeu após o ano 2000, representando 30,25% do total de entidades da cidade, as organizações comunitárias

ou setoriais, tais como: associações de moradores e associações de classe, fundadas no mesmo período, somam apenas 9,26%, o mesmo índice das emancipatórias, que congregam as entidades ligadas a geração de renda e de defesa de direitos. É preciso chamar a atenção, no entanto, para o fato de que as organizações emancipatórias fundadas na década de 1990 somam apenas 1,85% do total, o que representa um crescimento de cerca de 400% no espaço de uma década, ou seja, muito acima de todos os demais modelos organizacionais contemplados por este estudo. Denota-se que há um esforço relativamente recente em se buscar soluções baseadas em modelos organizacionais autônomos e que primam pela procura de auto-sustentabilidade, emancipação e/ou produção de novos direitos, exemplos que não se manifestaram em nenhum período anterior à década de 1990.

Existe um diferencial significativo em relação ao perfil das organizações anteriores à década de 1980 e as de surgimento posterior. As décadas de 1980 e anteriores são caracterizadas principalmente por organizações de suporte e complemento. Percebe-se a primazia em atender a fins emergenciais, sem questionamentos ou ambições maiores de ruptura, confronto direto ou pressão em relação ao poder dominante. Após a década de 1980, o perfil das novas entidades sofre uma certa mudança e passa-se a assistir a um leque mais pulverizado de tipo de organizações, acelerando-se este quadro nos anos de 1990 e após o ano 2000. Como exemplo, podem-se tomar as entidades comunitárias em que, do total de 24,08%, 16,69% tiveram sua criação após os anos de 1990, e as entidades emancipatórias que tiveram incidência apenas após os anos de 1990, o que aponta para um crescimento significativo no número de iniciativas que buscam uma maior participação na esfera pública, assumindo novas responsabilidades diante das distintas problemáticas sociais.

Tabela 2 - Área de atuação em relação à classificação dos tipos de Organizações da Sociedade Civil.

Área de atuação	Total (%)
Cultura, arte, convivência	7,41
Apoio e incentivo às organizações da sociedade civil	5,55
Educação	25,31
Associação de moradores	12,96
Esporte	2,47
Defesa de direitos	4,32
Saúde	7,41
Associação de classe	4,32
Assistência social	13,58
Geração de renda	8,02
Meio ambiente	4,32
Religiosos	4,32
Total	100,00

Fonte: Autores

Tabela 3: Área de atuação das organizações em relação ao ano de fundação: suporte, comunitárias e emancipatórias

Área de atuação	Ano de fundação					Total
	Anterior a 1970 (%)	70 - 79 (%)	80 - 89 (%)	90 - 99 (%)	00 - 05 (%)	
Cultura, arte, convivência.	0,62	0,62	0	1,85	4,32	7,41
Apoio e incentivo às organizações da sociedade civil	0	0	0	0	5,55	5,55
Educação	1,23	1,85	2,47	6,79	12,97	25,31
Associação de moradores	0,62	1,23	5,55	2,47	3,09	12,96
Esporte	0,62	0	0	1,23	0,62	2,47
Defesa de direitos	0	0	0,62	1,23	2,47	4,32
Saúde	0	0,62	1,23	2,47	3,09	7,41
Associação de classe	0	0	0	1,85	2,47	4,32
Assistência social	0,62	1,23	2,47	3,7	5,56	13,58
Geração de renda	0	0	0	1,85	6,17	8,02
Meio ambiente	0	0	0	1,85	2,47	4,32
Religiosos	0,62	0	1,23	2,47	0	4,32
Total	4,33	5,55	13,57	27,76	48,78	100,00

Fonte: Autores

Quando foram analisadas as áreas de atuação das entidades pesquisadas, fez-se uso da mesma sistematização adotada pelo Projeto Mil ONGs, contemplando 12 grupos distintos de acordo com as ações empreendidas por cada uma das entidades. Ao interpretar os resultados levantados, percebe-se uma ampla pulverização de campos de ação, porém há um destaque para a área de educação, representando 25,31% do total, sendo 24,69% representadas por entidades de suporte e apenas 0,62% por entidades emancipatórias. Há que se destacar também que o período de maior surgimento de organizações de educação está concentrado nos anos entre 2000 a 2005, totalizando 12,87% do total.

Quando se aprofundam os dados sobre as entidades ligadas à educação, percebe-se a necessidade de distinguir os distintos perfis contemplados pelas organizações de educação, de acordo com o foco de atuação específico, conforme se pode perceber na tabela abaixo:

Tabela 4: Subdivisão da educação em relação ao ano de fundação

Subdivisão relativa à educação	Ano de fundação					Total
	Anterior a 1970 (%)	70 - 79 (%)	80 - 89 (%)	90 - 99 (%)	00 - 05 (%)	
Pré-escolas	0,00	2,44	7,32	14,63	34,15	58,54
Escolas profissionalizantes	2,44	2,44	0,00	4,88	9,76	19,51
Educação especial	2,44	2,44	0,00	2,44	2,44	9,76
Alfabetização	0,00	0,00	2,44	2,44	4,88	9,76
Educação para a cidadania	0,00	0,00	0,00	2,44	0,00	2,44
Total	4,88	7,32	9,76	26,83	51,22	100,00

Fonte: Autores

Nota-se facilmente que as organizações educacionais que atuam na área de pré-escola são a maioria, com 58,54% do total de entidades da área de educação. Verifica-se que estas iniciativas da sociedade civil vêm buscar suprir uma carência no número de vagas existente na cidade, que não foi suprida pelo poder público, tendo suas origens distribuídas desde a década de 1970 até aos anos mais recentes. A maior representatividade, porém, encontra-se no período após o ano 2000, totalizando 34,15%, contra 14,63% da década de 1990, a segunda mais expressiva. Um questionamento que merece ser levantado é se estas entidades, ao se desenvolverem, têm conduzido ao recuo do Estado, ou se a omissão do Estado é que vem provocando o crescimento destas iniciativas.

As escolas de ensino profissionalizante somam 19,51% dentro do universo total das entidades ligadas à educação na cidade de Londrina, sendo o segundo modelo mais representativo na área. Estas organizações distribuem-se ao longo de todo o período contemplado pelo estudo, porém existe uma incidência maior de surgimento após o ano 2000, representando 9,76% do total, logo seguido pelos anos de 1990, com 4,88%. Estes dados demonstram uma maior preocupação com o ensino profissionalizante nos anos mais recentes, num esforço de possibilitar maiores condições de ingresso no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e exigente.

As organizações de educação para a cidadania, geralmente, atuam no sentido de despertar nas populações a consciência de seus direitos e deveres, nomeadamente possibilitando o desenvolvimento de lideranças locais, capazes de lutar por seus direitos e de se mobilizar para a conquista de novos avanços sociais. Nesse sentido, verifica-se uma baixa incidência no número de entidades enquadradas neste perfil, totalizando 2,44% e ficando concentradas na década de 1990.

As organizações com perfil de assistência social também são outro agrupamento representativo, contabilizando 13,58% do total geral de entidades, porém, devido à sua pulverização de campos de atuação, merece uma análise mais particularizada, como demonstra a tabela a seguir, em que se segmenta o universo das organizações de assistência social e se efetua o cruzamento com o ano de fundação das mesmas:

Tabela 5: Subdivisão das organizações de assistência social em relação ao ano de fundação

Subdivisão relativa à assistência social	Ano de fundação					Total
	Anterior a 1970 (%)	70 - 79 (%)	80 - 89 (%)	90 - 99 (%)	00 - 05 (%)	
Portadores de deficiência	0,00	4,56	0,00	0,00	9,12	13,68
Terceira idade	4,56	4,56	0,00	4,56	4,56	18,24
Dependentes químicos	0,00	0,00	4,56	4,56	4,56	13,68
Assistência emergencial	0,00	0,00	9,13	13,69	18,26	41,08
Assistência à infância	0,00	0,00	4,56	4,56	4,56	13,68
Total	4,56	9,12	18,25	27,37	41,07	100,00

Fonte: Autores

As organizações de assistência social são tradicionais na cidade, somando atualmente 13,58% do total de entidades, só perdendo em representatividade para as organizações de educação. Têm sua origem distribuída em todos os períodos analisados pela pesquisa, ou seja, já estavam presentes em anos anteriores à década de 1970, no entanto concentram a sua maior

representatividade nos anos mais recentes, ou seja, do total geral de 13,58% de entidades enquadradas como de assistência social, 3,7% originaram-se na década de 1990 e 5,56% após o ano 2000.

Dentre estas entidades, apesar dos múltiplos esforços e áreas de atuação, destacam-se as iniciativas ligadas à assistência emergencial, contemplando 41,08% do total de organizações de assistência social da cidade de Londrina. Dentro deste perfil encontram-se entidades ligadas à assistência de moradores de rua, assim como distribuição de alimentos, roupas etc.

Um outro grupo que merece menção particular são as organizações que atendem à terceira idade, que representam 18,24% do total da assistência social, mas que são insuficientes para as demandas locais. Dentro deste grupo encontram-se desde asilos até organizações de recreação, que apresentam data de fundação bastante pulverizada, não havendo uma representatividade especial num período histórico em particular, o que, de certa forma, vem na contramão do contexto atual em que se assiste a um crescimento demográfico no número de idosos no Brasil, não sendo este acompanhado por um movimento mais expressivo em relação ao atendimento destas populações.

Em terceiro lugar em representatividade dentro do grupo formado pelas organizações de assistência social, encontram-se as entidades ligadas à assistência de dependentes químicos, com 13,68%, o mesmo índice alcançado pelas organizações ligadas à assistência a portadores de cuidados especiais e também ao grupo de entidades ligadas à assistência à infância. Muitas das entidades aqui mencionadas são de difícil enquadramento, já que têm elementos que poderiam posicioná-las como de assistência social, educação ou mesmo saúde. A linha de separação entre algumas áreas é muito tênue e com forte permeabilidade, seguindo-se neste estudo o critério de enquadramento definido pelas próprias entidades pesquisadas.

Uma outra análise particularizada foi desenvolvida em torno das organizações identificadas como de geração de renda, que, embora não sejam numerosas em relação ao total geral, destacam-se pelo crescimento acentuado nos últimos períodos analisados.

Tabela 6: Subdivisão das organizações de geração de renda em relação ao ano de fundação

Subdivisão relativa a organizações de geração de renda	Ano de fundação					Total
	Anterior a 1970 (%)	70 - 79 (%)	80 - 89 (%)	90 - 99 (%)	00 - 05 (%)	
Organizações de reciclagem	0,00	0,00	0,00	0,00	53,84	53,84
Organizações de manufatura	0,00	0,00	0,00	15,39	23,08	38,47
Organizações de prestação/serviços	0,00	0,00	0,00	7,69	0,00	7,69
total	0,00	0,00	0,00	23,08	76,92	100,00

Fonte: Autores.

As organizações identificadas como de geração de renda somam 8,02% do total de entidades da cidade. Ainda que não tenham uma incidência muito expressiva, destacam-se por todas terem sido fundadas após os anos de 1990, tendo o seu crescimento acelerado após o ano 2000. As organizações de geração de renda originárias dos anos de 1990 representam apenas 23,08% do total do segmento, enquanto as que se originaram após o ano 2000 representam

76,92%, sobressaindo de forma contundente o aceleração extremamente expressivo destas entidades nos anos mais recentes.

Estes dados podem ser mais bem analisados quando se identificam as diferentes modalidades organizacionais agrupadas pela nomenclatura de geração de renda. Consta-se, então, que a maioria destas organizações atua na área de reciclagem, 53,84%, ou seja, em geral são ex-catadores de papel que se uniram e passaram a desenvolver atividades ligadas à reciclagem de materiais como fonte de renda.

Existem, ainda, algumas experiências de geração de renda partindo da manufatura de produtos a partir de oficinas de artesanato, somando atualmente 38,47% do total de entidades no segmento de geração de renda. Destas, 15,39% têm sua origem nos anos de 1990 e 23,08% após o ano 2000, não havendo incidência destas organizações em anos anteriores a este período. As organizações ligadas à prestação de serviços somam 7,69% do total do segmento, ficando todas elas concentradas no período dos anos de 1990.

Todas as iniciativas que contemplam as organizações classificadas como de geração de renda atuam em forma de cooperativa, desenvolvendo-se através de formas de gerenciamento participativo e democrático. É certo que são, na sua maioria, organizações de pequeno porte. Das entidades pesquisadas, 76,93% concentram-se na faixa orçamentária anual entre R\$ 10 mil e R\$ 50 mil, o que faz com que apresentem grandes dificuldades de sobrevivência e manutenção. Embora tenham sido implantadas em decorrência da extrema precariedade de condições de vida em que se encontravam seus membros, poderá estar neste tipo de experiências o alicerce de um novo modelo para muitas das organizações da sociedade civil, mais independente e inovador.

Outra análise, que mereceu uma atenção particular neste estudo, diz respeito ao aprofundamento das entidades identificadas como de defesa de direitos, como se pode verificar na tabela abaixo:

Tabela 7: Subdivisão das organizações de defesa de direitos em relação ao ano de fundação

Subdivisão relativa a organizações de defesa de direitos	Ano de fundação					Total
	Anterior a 1970 (%)	70 - 79 (%)	80 - 89 (%)	90 - 99 (%)	00 - 05 (%)	
Apoio jurídico	0,00	0,00	14,28	14,28	14,28	42,84
Direitos do consumidor	0,00	0,00	0,00	0,00	28,60	28,60
Direitos humanos - apoio a minorias	0,00	0,00	0,00	14,28	14,28	28,60
total	0,00	0,00	14,28	28,60	57,12	100,00

Fonte: Autores.

Salienta-se primeiramente o número reduzido de organizações agrupadas neste segmento na cidade de Londrina. Apenas 4,32% do total geral de entidades cadastradas enquadram-se neste perfil. Quando se busca identificar de forma específica quais são as organizações agrupadas no segmento de defesa de direitos, sobressaem três tipos de instituições diferenciadas. O primeiro é o que apresenta um número mais expressivo de entidades, são as chamadas organizações de apoio jurídico, contemplando 42,84% do total do segmento, distribuindo a

sua fundação entre os anos de 1980, 1990 e após o ano 2000, sendo todos estes períodos equivalentes em relação ao número de organizações fundadas.

As organizações agrupadas na divisão de direitos do consumidor representam 28,60% do total do segmento, porém todas elas são originárias do período após o ano 2000. Ainda fazem parte deste grupo as organizações definidas como de direitos humanos, ou defesa de minorias, que totalizam 28,60% do total e têm a sua origem distribuída igualmente entre os anos de 1990 e após o ano 2000, com 14,28% para cada um dos períodos. Ressalta-se ainda que as organizações identificadas como de defesa de direitos não apresentam nenhuma representante em períodos anteriores aos anos de 1980, coincidindo com o período dominado pelos regimes autoritários no Brasil.

As associações de moradores perfazem 12,96% do total de entidades da cidade e apresentam iniciativas originárias de todos os períodos históricos analisados pela pesquisa. Destaca-se, porém, a maior incidência de criação deste modelo de organizações na década de 1980, totalizando 5,55 do total geral, seguido por 2,47% na década de 1990 e 3,09% após o ano 2000. A maior expansão destas iniciativas coincide com o período de abertura política do país, o que pode ter influído numa maior mobilização em prol de uma participação mais expressiva no espaço público.

As organizações ligadas à saúde salientam-se não tanto pelo número de entidades, 7,41% do total geral de organizações da sociedade civil presentes na cidade de Londrina, mas pelo porte de algumas destas iniciativas, nomeadamente a Santa Casa de Londrina que é a maior organização da sociedade civil sediada na cidade, contando em seu quadro de funcionários com 1877 pessoas, além de 167 voluntários. O maior número de iniciativas ligadas à área de saúde originou-se entre 2000 e 2005, totalizando 3,09% dos 7,41% compreendidos pelas organizações civis na área da saúde, ou seja, quase 50% do segmento de saúde têm sua origem nos anos mais recentes, acompanhando a tendência geral de aceleração no número de entidades da sociedade civil na cidade de Londrina após o ano 2000.

Dessa forma, o perfil das Organizações da Sociedade Civil da cidade de Londrina mostra que a maioria trabalha com poucos recursos e possui pequeno porte, como demonstram os dados da pesquisa. Destaca-se, no entanto, a importância do setor no contexto geral da cidade, como gerador de emprego e renda. Aproximadamente 5.000 pessoas estão empregadas diretamente nestas organizações, o que totaliza 6% dos postos de trabalho disponíveis na cidade, de acordo com os registros do Projeto Mil ONGs (2005).

A maioria das Organizações da Sociedade Civil da cidade é de pequeno porte, com orçamento anual de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e conta com o trabalho de voluntários não assalariados como forma de viabilizar as atividades. A área de maior atuação é a de educação, embora mereçam destaque as associações de moradores e as organizações de assistência e promoção social que vêm aumentando nos últimos anos.

Dilemas, perspectivas e considerações finais sobre as Organizações da Sociedade Civil

Pode-se observar que inversamente ao declínio do poder centralizador econômico e intervencionista do Estado, verifica-se o desenvolvimento acelerado da economia privada, alavancada com a derrubada das fronteiras comerciais entre nações, proporcionando um mercado em escala mundial.

Como “subproduto” desse processo, verifica-se a proliferação de excluídos e apartados do processo capitalista de desenvolvimento técnico-científico contemporâneo, cujas exigências tornam-se cada vez mais desproporcionais e afastadas de suas habilidades básicas, sendo jogados à própria sorte, vítimas de um modelo econômico incapaz de aliar crescimento com bem-estar social generalizado. Gerou-se, assim, populações inteiras de “apartados” do processo de produção, em proveito de indicadores de eficiência e produtividade cada vez mais ambiciosos, retirando do homem a condição fim, reduzindo-o a simples meio, com o mesmo “status” de qualquer outro fator de produção, que poderá ser descartado ou substituído à medida que se torna obsoleto.

Dessa forma, os debates sobre inclusão social, redemocratização, solidariedade, cooperação, economia solidária são algumas das palavras de ordem que norteiam e mobilizam esta nova sociedade civil, que chama para si parte da responsabilidade pela construção de uma sociedade mais equânime em oportunidades e capaz de proporcionar bem-estar coletivo. Não se admite mais uma sociedade bipolarizada entre ilhas de prosperidade rodeadas por um mar de excluídos, não se pode conceber mais um desenvolvimento caracterizado simplesmente por indicadores de eficiência econômica (BUARQUE, 2001).

Para engrossar a polêmica que envolve a discussão sobre a participação social, os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e o papel do estado, há que se destacar a fraca cultura do voluntariado, que, embora esteja crescendo em todo o país, ainda se faz sentir de forma tímida e principalmente com baixo índice de envolvimento e principalmente comprometimento. Ainda, ampliando o debate e apimentando a polêmica, há um forte discurso “escapista” de que responsabilidade social é uma matéria da alçada do Governo, o que manifesta o fraco sentimento comunitário e cooperativo que nos cerca. A necessidade de uma mudança cultural que altere as bases do individualismo e que rompa com uma sociedade alicerçada em “castas sociais”, onde dois mundos co-habitam isoladamente, é preeminente e deverá fazer parte do esforço de todos os que acreditam num mundo mais justo e solidário.

Várias são as ameaças que permeiam a análise das Organizações da Sociedade Civil e de uma forma particular quando se busca entender e englobar este fenômeno complexo num único arranjo, denominado terceiro setor, sem se ter o cuidado de atentar para a multiplicidade de experimentos e iniciativas inerentes ao mesmo. Não se pode correr o sério risco de buscar enquadrar diferentes e até antagônicos modelos organizacionais, como se os mesmo tratassem de um movimento homogêneo e coeso. Certamente é a perspectiva da multiplicidade de abordagens e de posicionamentos que mais conduz à realidade e às suas características no contexto contemporâneo.

Outro ponto que vale a pena ser destacado é o real papel, ou papeis, desempenhado(s) pelas Organizações da Sociedade Civil na contemporaneidade. Se por um lado certos autores as veem como um substituto de boa parte das atividades hoje dominadas pelo Estado, por sua vez, um grupo mais crítico percebe-as como massa de manobra das camadas dominantes, substituindo direitos fundamentais de cidadania por ações voluntárias de iniciativa privada, desprovidas de deveres legais constituídos e sem representatividade democrática.

O risco de uma “terceirização” do Estado e a ameaça do bem comum, como direito irrestrito e universalizante, é um problema a considerar, porém merece uma atenção especial a posição que defende as Organizações da Sociedade Civil como atores importantes na complementação e focalização das ações tradicionalmente do Estado, possibilitando novos níveis de participação cívica e de ação democrática emanadas da própria sociedade civil. Entende-se,

então, um conjunto de movimentos, não isolados, nem homogêneos, mas advindos da articulação de partes da sociedade civil, com propostas que vão de fiscalização e reivindicação até ações específicas e focadas de complemento às políticas estatais.

As Organizações da Sociedade Civil podem ser vistas como espaços de pressão e fiscalização da sociedade civil frente ao Estado, proporcionando novos níveis de participação democrática e de envolvimento social, num processo de co-responsabilidade e complementaridade em novas esferas de participação democrática, mais acessíveis e próximas da sociedade. Deve-se, no entanto, evitar qualquer visão ou análise maniqueísta ou polarizada da realidade, que é por natureza heterogênea e multipolar.

É também comum assistir-se à criação de “lobbies” corporativistas que privilegiam as demandas de um pequeno grupo em detrimento da maioria, agindo de forma antitética com qualquer projeto de avanço democrático mais amplo. Nesse sentido, os jogos de poder e a capacidade de articulação se impõem sobre as necessidades reais e legítimas das camadas mais frágeis da sociedade, havendo uma distorção perigosa entre as diferentes forças emanadas da sociedade civil.

Por meio do presente estudo, conclui-se que as Organizações da Sociedade Civil são especialmente efetivas na pressão e fiscalização dos diferentes aparelhos que compõem o Estado, de forma a se garantir a transparência fundamental a qualquer processo democrático. Além do mais, destacam-se na possibilidade de experimentar, já que são mais flexíveis e dinâmicas, o que pode conduzir a iniciativas locais e pontuais que poderão ser adotadas em políticas públicas de maior abrangência.

As organizações da Sociedade Civil, como já mencionado anteriormente, assumem multifacetadas frentes. Se por um lado se teme o crescimento destas em detrimento do afastamento do Estado das questões sociais, também poderá se imaginar um movimento diferenciado em que estas fazem com que o Estado atue de forma mais efetiva, já que este, como afirma Frei Beto, “só funciona na base da pressão da sociedade”³. Além deste posicionamento, existe a possibilidade concreta, já em curso, de muitas destas organizações poderem vir a se posicionar como resistência ao poder dominante do mercado, fomentando o desenvolvimento de alternativas de produção, consumo e de sociabilidade com contornos emancipatórios e libertários.

Acredita-se que uma das questões que merecem maior reflexão sobre a temática das Organizações da Sociedade Civil é, sem dúvida, questionar o seu real papel, que tende a se posicionar em duas frentes distintas: por um lado, buscar incluir num sistema, que é excludente por natureza, e por outro lado, desenvolver uma nova lógica de sociabilidade capaz de criar um ambiente mais propício à participação democrática que ultrapasse as formas representativas e de domínio político e avance para o campo econômico, social e cultural, num projeto de democracia plural e abrangente.

³ Esta conferência foi proferida pelo autor no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. (www.dominicanos.org.br) Artigo publicado no “Correio da Cidadania”, edição 22/01/2000 - Fórum Social Mundial 2001 Biblioteca de las Alternativas.

Existem mais perguntas do que respostas. É uma realidade em construção e por isso rodeada de indefinições e contradições, no entanto acredita-se ter contribuído para a discussão, levantando novas possibilidades e propósitos, além de introduzir futuros pesquisadores na temática dos diferentes experimentos provenientes da Sociedade Civil Organizada.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M.A.. Terceiro Setor. **Anais do 26º ENANPAD** (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração), Setembro / 2002.
- BETTO, F. **O que é comunidade eclesial de base**. SP: Brasiliense, 1981.
- BOBBIO, N. **Estado, Governo e Sociedade**. RJ: Paz e Terra, 1997.
- BUARQUE, C. **Admirável mundo atual**. SP: Geração Editorial, 2001.
- FERNANDES, R. C. **Privado porém público**. RJ: Ed. Relume Dumará, 1996.
- FORJAZ, M. C. S. Globalização e crise do Estado Nacional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.40, n.2, abr./jun. 2000
- HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos**. SP: Cia das Letras, 1995.
- IOSCHPE E.(et al). **Terceiro Setor**. RJ: Paz e Terra, 1997.
- LANDIM, L. (Org). **Ações em sociedade**. RJ: NAU/ISER, 1998.
- MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial**. SP: Qualitymark, 1999
- PASSADOR, J.L. & PASSADOR, C.S. Estado Gerencial, Terceiro Setor e o Exercício da Cidadania. In **Anais do III Congresso Internacional del CLAD - Centro Latino - americano de Administração para o Desenvolvimento - sobre la Reforma do Estado y de la Administración Pública**, Madri, Espanha, outubro de 1998. Documento eletrônico, site HYPERLINK <http://www.clad.org.ve/anales3/psc.html>.
- PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. (Org). **O Público Não Estatal na Reforma do Estado**. RJ: FGV, 1999.
- PROJETO Mil ONGs. Prefeitura Municipal de Londrina PR: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2005.
- SANTOS, B. de S. **Reinventar a Democracia**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.
- _____. **Folha de São Paulo**. São Paulo: 21 de maio de 2001, seção A 4.
- VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania**. SP: Record, 2001.